

SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO	15
1.1 Demanda pela reformulação da tributação do consumo	15
1.2 Nova tributação do consumo do Brasil – novos tributos e tributos extintos	17
1.3 Novos princípios tributários expressos na Constituição.....	21
1.3.1 Princípio da simplicidade	21
1.3.2 Princípio da transparência	23
1.3.3 Princípio da justiça tributária	25
1.3.4 Princípio da cooperação.....	26
1.3.5 Princípio da defesa do meio ambiente.....	28

Capítulo 2

IMPOSTO SELETIVO – IS	33
2.1 Fim da seletividade como forma de mitigação da regressividade na tributação do consumo.....	33
2.2 A ideia de um <i>sin tax</i> (“imposto do pecado”).....	36
2.3 O papel da lei complementar	38
2.4 Legalidade, anterioridade e noventena	41
2.5 Regramento constitucional.....	42
2.5.1 Imunidades	43
2.5.2 Incidência monofásica	44
2.5.3 Incidência “por fora”	45
2.5.4 Autorização para bitributação e <i>bis in idem</i>	47
2.5.5 Alíquotas específicas ou <i>ad valorem</i>	49
2.5.6 Incidência sobre a extração de recursos minerais	50
2.5.7 Repartição dos recursos arrecadados.....	50

Capítulo 3

IVA DUAL BRASILEIRO: CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS – CBS E IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS – IBS.....	53
3.1 IVA dual e identidade estrutural entre CBS e IBS	53
3.2 Princípio da neutralidade.....	56
3.3 Disposições constitucionais comuns a CBS e IBS.....	58
3.3.1 Amplitude conceitual da expressão “bens e serviços”.....	58
3.3.2 Incidência nas importações.....	60
3.3.3 Imunidade nas exportações.....	61
3.3.4 Legislação nacional única e regime de alíquotas.....	61
3.3.4.1 Alíquotas de referência.....	62
3.3.5 Princípio da não cumulatividade.....	64
3.3.6 Adoção do sistema de crédito financeiro.....	66
3.3.7 Cálculo “por fora”.....	69
3.3.8 Restrição à concessão de benefícios fiscais.....	70
3.3.9 Regimes específicos de tributação.....	71
3.3.9.1 Combustíveis e lubrificantes.....	73
3.3.9.2 Serviços financeiros.....	75
3.3.9.3 Operações com bens imóveis.....	77
3.3.9.4 Planos de saúde.....	78
3.3.10 Regimes favorecidos de tributação.....	79
3.3.10.1 Redução de alíquota.....	81
3.3.10.2 Concessão de isenção e de crédito presumido.....	85
3.3.11 Imunidade na radiodifusão de recepção livre e gratuita.....	88
3.3.12 Sujeitos passivos.....	88
3.3.13 <i>Split payment</i>	89
3.3.14 Desoneração completa da aquisição de bens de capital.....	92
3.3.15 Uniformidade do tratamento dos regimes aduaneiros especiais e das zonas de processamento de exportação.....	96
3.3.16 Compras governamentais.....	97
3.3.17 Dupla oneração como requisito para uso de crédito.....	99
3.3.18 Adoção do mecanismo de <i>cashback</i>	101
3.4 A tributação pelo IBS “no destino”.....	103
3.5 Processo administrativo fiscal.....	107
3.6 Comitê gestor do IBS.....	109
3.6.1 Instauração, financiamento e composição.....	110
3.6.2 Competências.....	111
3.6.3 Deliberações.....	114

Capítulo 4

REPARTIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS	115
4.1 Reflexos da nova tributação do consumo sobre a sistemática de repartição de receitas tributárias	115
4.2 Alterações na repartição direta	116
4.2.1 Repartição direta do IBS dos Estados com os Municípios.....	117
4.2.2 Outras novidades na repartição direta	121
4.3 Alterações na repartição indireta	122
4.3.1 Fundos de participação e fundo de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.....	122
4.3.2 Fundo de compensação à desoneração das exportações	125

Capítulo 5

criação DE NOVOS FUNDOS.....	127
5.1 Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional	127
5.2 Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais ...	131
5.3 Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas e Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental do Amapá.....	134

Capítulo 6

AS REGRAS DE TRANSIÇÃO	137
6.1 Introdução.....	137
6.2 Transição para o contribuinte	137
6.2.1 Implementação dos novos tributos.....	138
6.2.2 Extinção dos tributos substituídos.....	142
6.2.3 Marcos temporais na transição para o contribuinte	144
6.2.4 Aproveitamento dos saldos credores.....	145
6.3 Transição para os entes federados.....	146
6.3.1 Alíquotas de referência.....	147
6.3.2 Mecanismos de trava à carga tributária.....	150
6.3.3 Migração para o princípio do destino	155
6.3.4 Seguro-receita.....	158
6.4 Outras disposições transitórias	160
6.4.1 Zona Franca de Manaus.....	160
6.4.2 Contribuição sobre Produtos Primários e Semielaborados – CPPS.....	161

6.4.2.1	Origem.....	161
6.4.2.2	Natureza jurídica	163
6.4.2.3	Limitações.....	164
6.4.2.4	Compensação dos fundos por meio da partilha da arrecadação do IBS.....	165

Capítulo 7

NOVAS IMUNIDADES, TRIBUTOS REMODELADOS E SIMPLES NACIONAL.....	167	
7.1	Imunidade recíproca extensiva.....	167
7.2.	Imunidade religiosa.....	173
7.3	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.....	176
7.4	Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação – ITCMD.....	177
7.4.1	Mudança de critério para definição do sujeito ativo	177
7.4.2	Sujeito ativo e conexão com o exterior (regulação provisória).	178
7.4.3	Necessária progressividade das alíquotas	179
7.4.4	Imunidade das transmissões e doações a instituições de relevância pública e social	181
7.5	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	182
7.5.1	Incidência sobre embarcações e aeronaves.....	182
7.5.2	Imunidades específicas	182
7.5.3	Ampliação da seletividade das alíquotas.....	184
7.6	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	185
7.7	Contribuição para os Serviços de Iluminação Pública e Monitoramento dos Logradouros Públicos – COSIMP	187
7.8	CIDE-combustíveis e sua nova destinação.....	188
7.9	Simple Nacional	189
7.9.1	Inclusão dos novos tributos e retirada de outros	190
7.9.2	Possibilidade de “opção parcial”	191